

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER REALIZADA EM DEZOITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

No dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e dois reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com a presença do senhor vereador Francisco Carlos e do vereador Paulo Igo, na Sala de Sessões João Niceras de Moraes. O Presidente da Comissão, vereador Francisco Carlos, declarou abertos os trabalhos, iniciando a reunião que possuía a temática “Cinco problemas/desafios da educação na rede pública e privada do Município”. O vereador Francisco Carlos fez suas considerações iniciais, referenciando os órgãos e entidades convidadas para a discussão, como a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, a Ordem dos Advogados do Brasil, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, diretores de escolas da rede privada de ensino e vereadores da Câmara Municipal de Mossoró. O vereador Paulo Igo também fez suas considerações iniciais, saudando os presentes na reunião. Foram apresentadas as representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, senhoras Izabele Aires e Francinele Rocha, além da representante das escolas da rede privada de ensino, a senhora Márcia, o senhor Bruno Moraes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Mossoró e a Assessoria Parlamentar do vereador Pablo Aires, representada pelo senhor Adailson Pinho. Foi cedida a palavra ao vereador Paulo Igo, que frisou que, neste período de diminuição dos casos de Covid-19, a educação sofre com desafios na acolhida dos alunos nas escolas, pedindo atenção para prevenção com base em estudos, principalmente nas escolas públicas da rede de ensino, devido às diversas deficiências existentes, evitando assim a disseminação de doenças. O vereador se colocou à disposição para auxiliar na construção de um ambiente satisfatório na volta às aulas presenciais. O Presidente Francisco Carlos reforçou a fala do vereador Paulo Igo, apontando para a necessidade de um plano de investimento na recuperação de infraestrutura da rede municipal de ensino, restando evidenciado que, no ano de 2021, várias escolas do Município possuíam problemas estruturais, ao ponto de inviabilizar o retorno das aulas presenciais, após dois anos de paralisação durante o período de pandemia. Ressaltou ser necessária a elaboração de um plano de investimento para reestruturação das escolas da rede municipal de ensino. A seguir, a professora Márcia, representante da rede particular de ensino, destacou a importância da identificação do aluno dentro da escola, sabendo-se que existem discentes vítimas do período de isolamento social, de um convívio social, percebendo em seu trabalho a existência de crianças com dificuldade de relacionamento, por ter perdido pessoas próximas durante a pandemia, por exemplo. A escola tem como grande desafio essa perceptiva, salientando que se precisará de uma rede de apoio para solução dessa problemática, principalmente na rede pública de ensino, que possui deficiências ainda maiores. A convidada lembrou-se das dificuldades sentidas pela escola durante o período de aulas on-line. Um segundo ponto levantado pela representante é a questão do resgate das crianças para o ambiente escolar, especialmente entre os alunos da educação infantil. Frisou que, na rede particular de ensino, a prioridade é a retomada da qualidade da educação que ficou pra trás nos últimos dois anos, enfatizando a importância das habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular para que, em seguida, a escola monte um plano de ação de curto, médio e longo prazo para retomar as habilidades e aprendizagens da criança. Mencionou as dificuldades dos professores durante a pandemia, com a implementação do processo on-line de ensino, reforçando que pensar em ações neste

sentido é um dos grandes desafios atuais. O vereador Francisco Carlos retomou sua fala, fazendo registro sobre a elaboração e divulgação de um estudo indicando os impactos da pandemia sobre a aprendizagem dos alunos da rede pública de ensino, com a apresentação de recuperação da aprendizagem. Este ainda trouxe dados sobre os impactos que a pandemia alertando que cerca de quarenta e nove por cento dos alunos não sabiam ler ou escrever, enquanto que, no ano de dois mil e doze, o percentual era de vinte e oito por cento. Informou que grande parcela desses alunos que não alfabetizados são oriundos de famílias de baixa renda. Desse modo, o impacto seria muito maior entre os mais vulneráveis economicamente, de forma que os alunos que possuem família com uma maior renda encontram meios para amenizar esses impactos educacionais que recaem sobre essa geração. A professora Márcia lembrou que essa iniciativa de recuperação da aprendizagem não deve ficar apenas nas mãos dos educadores, mas de toda uma rede de pessoas envolvidas nas políticas educacionais. Segundo a representante, para que isso ocorra, é necessária uma tomada de decisão de forma coletiva, o que por muitas vezes no setor público acaba não acontecendo, ficando tais situações apenas nas mãos do professor. Enfatizou que essa é uma missão de toda sociedade, de modo que toda esta seja responsável pela retomada da aprendizagem, com o intuito de recuperar ou minimizar os prejuízos da pandemia. O vereador Francisco Carlos pontuou que o Município deveria fornecer dados sobre o impacto da pandemia na educação infantil acerca do número de crianças que deixaram de aprender a ler e a escrever na faixa etária entre seis e sete anos, durante os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, assim como ocorreu em âmbito federal. Tais informações seriam relevantes, objetivando-se por meio delas a dimensão do desafio enfrentado pelo Município. O vereador citou também o fechamento de unidades de educação infantil da rede privada durante a pandemia, de modo que milhares de crianças alunas destes estabelecimentos deixaram de ter acesso adequado à educação, e, conseqüentemente, passarão por dificuldades de aprendizagem. De acordo com o vereador, escolas da rede privada que fecharam dificilmente abririam suas portas novamente, de modo que os pais teriam que levar seus filhos para novas instituições de ensino privadas, possivelmente mais caras, limitando-os financeiramente, ou matriculariam as crianças em escolas da rede pública municipal, que possuem dificuldades estruturais, como já citado, além da limitação de vagas ofertadas. A representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Izabele Aires, corroborou a fala da colega Márcia e do vereador Paulo Igo, falando ainda sobre as condições de trabalho no ambiente escolar, no que tange ao acolhimento de funcionários e alunos. Afirmou que o Sindicato representado segue com visitas aos locais de trabalho, constatando que, no mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, em visitas realizadas em algumas escolas, foram detectadas situações precárias, especialmente na zona rural. Viu-se que algumas das escolas visitadas não possuíam pias pra uso coletivo. Notou-se também, em certos casos, rachaduras em paredes que comprometeriam a estrutura física do estabelecimento de ensino colocando em risco alunos, professores e profissionais que trabalham naqueles ambientes. Declarou a representante que o Sindicato está preocupado em saber se a Prefeitura Municipal já fez toda essa estruturação para o retorno às aulas de uma maneira segura. Reforçou, ainda, a necessidade de criação de um espaço democrático, com alterações nas regras que tratam da escolha de diretores das escolas municipais e também com a valorização dos profissionais da educação, que, por muitas vezes durante a pandemia, tiveram que comprar equipamentos de trabalho com valores oriundos de sua própria remuneração. Cobrou, ademais, o reajuste salarial do magistério. A senhora Francinele,

também representante do Sindicato, reforçou a falta de profissionais na área da educação, relatando que trabalhou em unidade escolar na qual havia apenas uma merendeira e uma auxiliar de serviços gerais para atender o total de dezesseis turmas. Reivindicou a realização de concurso público e também a existência de uma gestão democrática de ensino. Falou ainda sobre as tomadas de decisões de maneira unilateral, fazendo com o que o professor tenha que se adaptar a essa realidade, ilustrando fato que ocorreu no final do ano de dois mil e vinte e um, quando a Secretaria Municipal de Educação implantou o Sistema Integrado de Gestão da Educação (SIGEduc). Segundo a representante, a formação dos profissionais para o uso deste Sistema foi bastante superficial. A convidada fez um apelo para que as tomadas de decisões sejam tomadas em conjunto, pois os professores, que são as partes que mais vivem os problemas diários enfrentados nas escolas não são escutados da maneira devida. Explicou a situação do calendário escolar vigente, afirmando que foi retirada uma semana do recesso dos professores. Pediu, assim, a revisão deste calendário escolar, lembrando que o professor retorna presencialmente após o exaustivo período de *home office* e se depara com uma rotina de trabalho ainda mais intensa que a anterior. A senhora Francinele trouxe também o tópico da questão de saúde no trabalho, solicitando à Prefeitura Municipal a disponibilização de todo material necessário para manter a higienização daqueles que frequentam as escolas, de modo que haja recursos para a sanitização dos ambientes de aula, com salas arejadas, que comportem uma quantidade adequada de educadores e alunos. Bruno Moraes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil na Subseção de Mossoró, replicou os pleitos apresentados previamente, dizendo que o primeiro grande ponto a ser enfrentado é a questão psicológica, pois o impacto social é muito grande. Alertou quanto à necessidade de realização de praticas esportivas, vez que as crianças que ficam em casa não tiveram acesso ao lazer. Levantou ainda a questão da valorização profissional docente, considerando-a uma pauta importantíssima, dizendo que tal pleito passa também por um melhor piso salarial para a classe. Destacou a relevância da implantação de uma equipe multidisciplinar para atender e acolher alunos, professores e pais, com participação fundamental, mas não única, da escola. Segundo o representante, é necessário o apoio de todos. Após esse momento, o Presidente da Comissão justificou a ausência de alguns participantes, como a vereadora Larissa Rosado, que na pode comparecer à discussão porque já havia marcado compromisso na capital do Estado. A vereadora Marleide Cunha também justificou sua ausência, por estar participando da Semana Pedagógica Municipal. Prosseguindo as discussões acerca da temática, o vereador Francisco Carlos chamou a atenção dos convidados quanto à necessidade do cumprimento de leis relacionadas à orientação do funcionamento do sistema de ensino, desde a Lei do Piso Nacional, passando por leis que definem a segurança no transporte escolar, ao sistema de avaliação de ensino, entre outras normas, lamentando a falha do Poder Executivo municipal em executar tais disposições, colocando em prática apenas leis que sejam do interesse da Administração Pública local. O vereador disse que, em Mossoró, há cerca de cem leis catalogadas, promulgadas e sancionadas que não são cumpridas da maneira devida. Alertou, especificamente, sobre a obrigatoriedade existente em âmbito municipal, relativa à previsão orçamentária de um total de trinta por cento das receitas próprias do Município destinadas para a educação, o que, segundo o edil, não vem sendo executado. O Presidente da Comissão propôs, caso os convidados julgassem necessário, o encaminhamento de tais constatações e informações discutidas na reunião da Comissão ao Ministério Público, mencionando tópicos como o décimo quarto salário do professor, que está previsto legalmente e vem sendo

ignorado; elaboração de um diagnóstico com habilidades e competências; a valorização do professor com formação continuada e apoio psicológico; a questão da infraestrutura das escolas, no tocante à higienização e sanitização; a gestão democrática das escolas municipais, que foi um dos compromissos assumidos em palanque pelo atual gestor municipal. Após a fala do vereador, o senhor Adailson Pinho, representante do Gabinete do Vereador Pablo Aires, solicitou a palavra, que realizou considerações quanto à imprescindibilidade da vacinação das crianças alunas da rede municipal de ensino, sendo esta campanha papel dos professores, dos pais e de toda a sociedade. Também se manifestou em relação à implantação do reajuste do piso nacional do magistério em âmbito municipal, além de relembrar a reforma da previdência aprovada pela Câmara Municipal, falando que tais alterações legislativas foram bastante cruéis para o corpo docente do município, mencionando, exemplificativamente, a alíquota de contribuição previdenciária, que foi elevada para quatorze por cento. O vereador Francisco Carlos disse que enviaria para o Ministério Público os encaminhamentos e constatações desse encontro, inclusive para que haja a noção de que tais tópicos foram discutidos e deliberados por diversas pessoas, com a participação de diversas entidades, e com a participação de vereadores, ou de suas assessorias. A Comissão, então, abriu discussão para obter sugestões mais coerentes e bem relacionadas com as necessidades da educação municipal. Feitas as considerações finais pelos membros da Comissão, a reunião foi encerrada. E, para constar, presente ata foi lavrada e, se aprovada, será assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Comissão.